



VERTIN
ENGENHARIA

2024

Demonstrações Financeiras para o exercício
findo em 31 de dezembro de 2024

Vertin Engenharia S.A.

Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

CONTEÚDO

- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras
- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado
- Demonstração de Resultado Abrangente
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Marcio Magno
Diretor Centro de Gestão
marcio.magno@agnet.com.br

Phillip Lima
Gerente de Contabilidade
phillip.lima@agnet.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	2
BALANÇO PATRIMONIAL.....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	8
1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11
4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	12
5. ADIANTAMENTOS DIVERSOS	12
6. IMPOSTOS A RECUPERAR	12
7. DIREITOS DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS	13
8. FORNECEDORES E SUBEMPREENHEITORES.....	15
9. PARTES RELACIONADAS.....	15
10. ADIANTAMENTO DE CLIENTES	15
11. OUTROS PASSIVOS.....	16
12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	16
13. PROVISÕES PARA RISCOS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES	16
14. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	17
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19
16. RECEITA DE SERVIÇOS PRESTADOS E VENDAS.....	19
17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA.....	20
18. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	21
19. RESULTADO BÁSICO POR AÇÃO	21
20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	21
21. EVENTO SUBSEQUENTE	24

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos: Conselheiros e diretores da
Vertin Engenharia S.A.
Belo Horizonte – Minas Gerais

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Vertin Engenharia S.A. (Companhia)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Vertin Engenharia S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil as normas contábeis internacionais (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividade de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2025



Alexandre Cardoso Freitas
CRC – MG-060.762/O-4

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	11.348	21.548
Contas a receber de clientes	4	49.588	20.340
Créditos com partes relacionadas	9	4.000	-
Adiantamentos diversos	5	23.869	94
Impostos a recuperar	6	3.890	888
Outros ativos circulantes		1.565	804
Total do ativo circulante		94.260	43.674
Não Circulante			
Ativo realizável a longo prazo			
Créditos com partes relacionadas	9	8.799	-
Tributos sobre o lucro	14	1.488	-
Total do realizável a longo prazo		10.287	-
Imobilizado			
Direitos de uso de arrendamentos	7	2.208	707
Total do ativo não circulante		13.042	742
Total do ativo		107.302	44.416
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e subempreiteiros	8	17.026	4.849
Passivos de arrendamentos	7	1.473	260
Débitos com partes relacionadas	9	2.694	898
Adiantamentos de clientes	10	38.115	24.013
Salários, provisões e obrigações sociais		7.682	1.908
Dividendos a pagar	9	2.052	1.272
Impostos e contribuições a recolher	12	2.722	1.824
Outros passivos circulantes	11	16.715	3.934
Total do passivo circulante		88.479	38.958
Não circulante			
Passivos de arrendamentos	7	801	458
Débitos com partes relacionadas	9	6.016	-
Provisões para risco	13	450	-
Total do passivo não circulante		7.267	458
Total do passivo		95.746	39.416
Patrimônio líquido			
Capital social	15	7.000	5.000
Resultados acumulados		4.556	-
Total do patrimônio líquido		11.556	5.000
Total do passivo e patrimônio líquido		107.302	44.416

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita de serviços prestados e vendas	16	190.153	33.986
Custos dos serviços prestados e das vendas	17	(141.959)	(20.233)
Lucro bruto		48.194	13.753
Receitas (Despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(9.974)	(8.288)
Provisões para perdas e riscos, líquido	13.2	(450)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquido		31	-
		(10.393)	(8.288)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		37.801	5.465
Resultado financeiro, líquido	18	1.579	229
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		39.380	5.694
Tributos sobre o lucro			
	14		
Corrente		(14.895)	(1.937)
Diferido		1.488	-
		(13.407)	(1.937)
Resultado líquido do exercício		25.973	3.757
Resultado básico por ação atribuído aos acionistas:			
Ação ordinária - em R\$	19	3,71	0,75

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vertin Engenharia S.A.
Demonstração do Resultado Abrangente

Em 31 de dezembro de 2024 (expressos em R\$ mil)



	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado líquido do exercício	25.973	3.757
Resultado abrangente do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	25.973	3.757

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vertin Engenharia S.A.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2024 (expressos em R\$ mil)



	Resultados acumulados			Total
	Capital social	Reserva legal	Resultados acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1	-	(1)	-
Aumento de capital	4.999	-	-	4.999
Resultado líquido do exercício	-	-	3.757	3.757
Distribuição de dividendos	-	-	(3.756)	(3.756)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.000	-	-	5.000
Aumento de capital	2.000	-	-	2.000
Resultado líquido do exercício	-	-	25.973	25.973
Constituição de reserva legal	-	1.299	(1.299)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(21.417)	(21.417)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	7.000	1.299	3.257	11.556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Resultado líquido do exercício		25.973	3.757
Ajustes para reconciliar o resultado líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	17	1.999	137
Constituição de provisão para riscos, líquidas	13.2	450	-
Tributos diferido sobre o lucro	14.2	(1.488)	-
		26.934	3.894
(Aumento) redução dos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes		(29.248)	(20.340)
Adiantamentos diversos		(23.775)	(94)
Impostos a recuperar		(3.002)	(888)
Outros ativos		(761)	(804)
		(56.786)	(22.126)
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Fornecedores e subempreiteiros		12.177	4.849
Adiantamentos de clientes		14.102	24.013
Salários, provisões e obrigações sociais		5.774	1.908
Impostos e contribuições a recolher		898	1.824
Outros passivos		12.917	3.958
		45.868	36.552
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		16.016	18.320
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de ativo imobilizado		(607)	(35)
Transações com empresas ligadas, líquido		(5.855)	898
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(6.462)	863
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Aumento de capital	15	2.000	4.999
Pagamento principal de passivos de arrendamentos	7	(1.849)	(126)
Pagamento de juros de arrendamentos	7	(136)	(24)
Dividendos pagos	15	(19.769)	(2.484)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(19.754)	2.365
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalente de caixa		(10.200)	21.548
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	21.548	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	11.348	21.548
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalente de caixa		(10.200)	21.548

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Vertin Engenharia S.A. ("Companhia" ou "Vertin"), constituída em 13 de outubro de 2022, em Barueri/SP, especializada nos setores de alimentos, bebidas, fármacos e data centers, a Companhia se destaca por oferecer soluções completas em engenharia e construção, impulsionando o crescimento e a excelência operacional de seus clientes. Atualmente, a Companhia está com as seguintes obras em pleno funcionamento:

- Construção de complexo de Data Centers, em Barueri, no estado de São Paulo; e
- Construção de linha de envase e planta de tratamento de água potável, em Jundiaí, no estado de São Paulo.

Alterações societárias

A partir do mês de janeiro de 2024, em função de acordo de acionistas, a controladora CONSAG Engenharia S.A. passou a deter o controle sobre a Vertin Engenharia S.A., com direitos assegurados sobre os retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e a capacidade de influenciá-los por meio do exercício de poder sobre suas atividades relevantes.

Em 26 de junho de 2024, em conformidade com a legislação societária brasileira, foi aprovada a alteração da natureza jurídica da Companhia, que passou de Sociedade Empresária Limitada para Sociedade Anônima Fechada, por meio da devida modificação em seu contrato social. Com essa mudança, a denominação social da Companhia foi alterada de Vertin Engenharia Ltda. para Vertin Engenharia S.A.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional, considerando as projeções de fluxo de caixa futuro da Companhia e, caso necessário, o suporte dos seus acionistas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de elaboração e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela reavaliação de determinadas propriedades e instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no final de cada exercício de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)) – Pagamento Baseado em Ações, operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) – Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 29 de abril de 2025.

2.2. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração e preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou-se de julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são revisadas tempestivamente e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e estimativas realizadas na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 4:** Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato e ativos de contrato: Avaliação do risco de inadimplência para avaliação da perda esperada de clientes;
- **Nota explicativa 13:** Reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa 14:** Reconhecimento de ativos e fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

2.3. Principais políticas e práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras estão detalhadas nas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados.

2.4. Novos pronunciamentos contábeis, revisões, interpretações e orientações vigentes e não vigentes

2.4.1 Normas emitidas e revisadas em vigor no exercício presente

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Norma	Descrição da alteração
CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Esta revisão atualiza o CPC 18 para alinhar-se às alterações internacionais, fornecendo orientações sobre a aplicação do método da equivalência patrimonial em investimentos em coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto.
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.	A ICPC 09 foi revisada para sua terceira versão, abordando Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Esta revisão busca esclarecer e orientar sobre a aplicação desses conceitos conforme as normas internacionais.
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A OCPC 10 fornece diretrizes sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de Emissão (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIO). Esta orientação é relevante para entidades envolvidas em atividades relacionadas a mercados de carbono e sustentabilidade.
CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	A revisão buscou alinhar as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais, além de trazer maior clareza e aprimorar a apresentação das informações nas demonstrações financeiras.
CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa	Aplicação de novos requisitos de divulgação de acordos de financiamento de fornecedores e seus efeitos sobre os passivos, fluxos de caixas e exposição ao risco de liquidez das empresas. Para a entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial.
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações contábeis	Adicionalmente, inclui a alteração da divulgação de um passivo com cláusulas de covenants cujo cumprimento é até a data do balanço.

As alterações de normas descritas acima, que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2024, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.4.2 Novas normas ou alterações em pronunciamentos contábeis não vigentes

	Norma	Descrição da alteração
CPC 50 – Contratos de seguros	Adoção inicial.	
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação tais como: arrendamentos e passivos para desmontagem e remoção.	
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis. Introduz três categorias definidas para receitas e despesas: Operacionais, de investimento e de financiamento.	
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover orientação sobre a distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R3) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover orientação para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de conversibilidade em outra moeda.	
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros.	

Em relação aos normativos e alterações descritos acima, com data de vigência para exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e, até o momento da emissão destas demonstrações financeiras, não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

3.1. Política contábil

Este conjunto compreende os saldos em espécie nas contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, geralmente com vencimento inferior a três meses. Esses ativos são prontamente conversíveis em uma quantia conhecida de caixa e apresentam risco insignificante de variação de valor.

3.2. Composição

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	1	1
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	11.347	21.547
	11.348	21.548

(a) As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2024, consistem principalmente em depósitos a prazo, e podem ser assim apresentadas:

	Taxas médias ponderadas (a.a.)		31/12/2024	31/12/2023
	31/12/2024	31/12/2023		
Moeda nacional				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	DI + 100,00%	DI + 97,00 %	8.390	21.547
Operações compromissadas	DI + 60,00%	-	2.957	-
			11.347	21.547

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

4.1. Política contábil

O saldo de contas a receber de clientes origina-se tanto das prestações de serviços de engenharia quanto das vendas de mercadorias associadas à construção. Conforme política contábil adotada pela Companhia, o reconhecimento de receita em contratos de construção abrange não apenas as faturas emitidas aos clientes, mas também os saldos ativos resultantes de medição aprovada pelo cliente, considerando os gastos incorridos e avanço da obra, conforme previstos em contrato. (ver nota explicativa nº 16).

4.2. Composição

	31/12/2024	31/12/2023
Cientes faturados	37.308	11.716
Serviços a faturar	12.280	8.624
Contas a receber, líquido	49.588	20.340

A Administração da Companhia acredita que não incorrerá em perdas significativas sobre seus saldos de contas a receber.

4.3 Prazo de vencimento (*aging list*) dos recebíveis

	31/12/2024	31/12/2023
Vencidos até 30 dias (serviços a faturar)	17.423	19.845
Vencidos há mais de 30 dias (retenção contratual)	32.165	495
	49.588	20.340

5. ADIANTAMENTOS DIVERSOS

Durante suas atividades habituais, a Companhia realiza adiantamentos diversos a fornecedores e subempreiteiros para a execução de suas obras em andamento, além de adiantamentos para seus funcionários, como adiantamentos de férias, despesas de viagem, entre outros.

A composição dos saldos de adiantamentos diversos, devidamente conciliada com os saldos apresentados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento a fornecedores e subempreiteiros	23.849	84
Adiantamento a funcionários	20	10
	23.869	94

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

6.1. Política contábil

Nesta rubrica, são reconhecidos os saldos de créditos tributários a recuperar, que têm origem, principalmente, em: (i) valores de INSS retidos por terceiros; (ii) em valores de ISS retidos por terceiros; e (iii) em retenções de imposto sobre os resgates das aplicações financeiras. A Companhia reconhece os valores de imposto de renda retido na fonte a recuperar em seu balanço patrimonial à medida que efetua resgates em suas aplicações e quando o referido imposto é retido pela Instituição Financeira. Da mesma forma, os créditos de ISS a recuperar são registrados quando há retenção do imposto por tomadores de serviço, sendo utilizados para compensação de tributos sempre que permitido por lei. Além disso, os valores de INSS retidos sobre serviços prestados serão utilizados para compensação de tributos previdenciários devidos, conforme permitido pela legislação vigente.

6.2. Composição

Os saldos de impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	31/12/2024	31/12/2023
INSS a compensar	2.774	855
ISS a recuperar	592	-
IRRF sobre operações financeiras	481	33
PIS/COFINS	43	-
	3.890	888

7. DIREITOS DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

7.1. Política contábil

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Ativos de direito de uso são reconhecidos para representar o direito de utilizar os ativos arrendados e passivos de arrendamento para demonstrar o fluxo presente de pagamentos dos contratos de arrendamento.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, quando o ativo subjacente está disponível para uso. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo estimado de vigência do contrato de arrendamento ou da vida útil do bem arrendado, o que for menor.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo dos contratos. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual, quando aplicável.

Quando as taxas de juros implícitas nos arrendamentos não são facilmente determináveis, a Companhia pode utilizar a taxa de empréstimo incremental na data de início dos contratos para calcular o valor presente dos pagamentos de arrendamento. Após a data de início, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, principalmente relacionada ao prazo do arrendamento.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de contratos de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento em contratos de arrendamento cujos ativos subjacentes sejam de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do contrato.

Como arrendadora

A Companhia não foi parte, como arrendadora, em contratos de arrendamento em nenhum dos períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

7.2. Composição e movimentação

Para o reconhecimento dos passivos de arrendamento a valor presente, a Companhia utilizou uma taxa de desconto de 4,88% ao ano, que representa substancialmente a taxa de juros implícita em seus contratos, sem considerar os efeitos futuros de inflação projetada, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). A seguir são apresentadas as movimentações dos arrendamentos, conciliadas com os saldos do balanço patrimonial no encerramento do período de 31 de dezembro de 2024:

	Arrendamentos	31/12/2023	Adições	Reajuste	Amortização	Baixas	Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	31/12/2024
Direito de uso com arrendamentos										
Imóveis		707	3.216	189	(1.904)	-	-	-	-	2.208
		707	3.216	189	(1.904)	-	-	-	-	2.208
Passivos de arrendamentos										
Imóveis		718	3.216	189	-	-	136	(136)	(1.849)	2.274
		718	3.216	189	-	-	136	(136)	(1.849)	2.274
Circulante		260								1.473
Não circulante		458								801
		718								2.274
	Arrendamentos	31/12/2022	Adições	Reajuste	Amortização	Baixas	Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	31/12/2023
Direito de uso com arrendamentos										
Imóveis		-	1.008	-	(137)	(164)	-	-	-	707
		-	1.008	-	(137)	(164)	-	-	-	707
Passivos de arrendamentos										
Imóveis		-	1.008	-	-	(164)	24	(24)	(126)	718
		-	1.008	-	-	(164)	24	(24)	(126)	718
Circulante		-								260
Não circulante		-								458
		-								718

7.3. Fluxo de amortização do direito de uso

O fluxo de amortizações dos direitos de uso previstos até o final dos contratos de arrendamento pode ser assim demonstrado:

	Direito de uso	31/12/2024
2025		1.445
2026		658
2027		105
		2.208

7.4. Fluxo de pagamento e apropriação de juros do passivo de arrendamento

O fluxo de pagamentos e apropriação de juros sobre os passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2024 pode ser assim demonstrado:

	Passivos de arrendamento	Fluxo de pagamentos (nominal)	Juros a apropriar	Passivo de arrendamento
2025		1.545	(72)	1.473
2026		707	(21)	686
2027		116	(1)	115
		2.368	(94)	2.274

8. FORNECEDORES E SUBEMPREENHEIROS

Os saldos de fornecedores e subempreiteiros referem-se a obrigações de curto prazo decorrentes da aquisição de serviços, insumos de construção e equipamentos utilizados nas obras executadas pela Companhia. Esses valores estão integralmente classificados no passivo circulante, refletindo a política da Companhia de manter prazos de pagamento compatíveis com seu ciclo operacional. Em 31 de dezembro de 2024, os saldos de fornecedores e subempreiteiros totalizam R\$17.026 (R\$4.849 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia adota critérios rigorosos para a conciliação e reconhecimento das obrigações, assegurando que os valores registrados reflitam adequadamente as operações realizadas e garantindo a conformidade com os termos contratuais estabelecidos com fornecedores e subempreiteiros.

9. PARTES RELACIONADAS

9.1. Composição

Natureza	31/12/2024		31/12/2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo (Passivo) Circulante				
<i>Controladoras em conjunto</i>				
Consag Engenharia S.A. Dividendos	-	-	-	145
Consag Engenharia S.A. Notas de Débito	-	-	-	898
Consag Engenharia S.A. Mútuo	4.000	-	-	-
CA3M Engenharia e Instalações Industriais Ltda. Notas de Débito	-	2.694	-	-
CA3M Engenharia e Instalações Industriais Ltda. Dividendos	-	2.052	-	1.127
	4.000	4.746	-	2.170
Ativo (Passivo) Não Circulante				
<i>Controladoras em conjunto</i>				
Consag Engenharia S.A. Mútuo	8.799	-	-	-
Consag Engenharia S.A. AFAC	-	5.528	-	-
Consag Engenharia S.A. Notas de Débito	-	488	-	-
	8.799	6.016	-	-

10. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

10.1. Política contábil

O saldo de adiantamento de clientes origina-se tanto das prestações de serviços de engenharia, quanto das vendas de mercadorias associadas à construção de empreendimentos de infraestrutura. Conforme política contábil adotada pela Companhia, os serviços são executados, serão ajustados pelos adiantamentos realizados ao longo do período de prestação de serviço (ver nota explicativa nº 16).

10.2. Composição

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos de clientes (a)	38.115	24.013
	38.115	24.013

(a) A Companhia mantém contratos com o cliente, tanto contratos de empreitada quanto contratos de prestação de serviços, os quais também contemplam o fornecimento de materiais. Estes contratos incorporam cláusulas específicas que estipulam que uma porção do pagamento acordado deve ser efetuada antecipadamente. A expectativa de liquidação do atual saldo de adiantamento é durante o exercício de 2025.

11. OUTROS PASSIVOS

O saldo de outros passivos origina-se das provisões reconhecidas pela Companhia para garantir a correta apropriação dos custos incorridos no período, conforme o regime de competência. No decorrer de suas atividades, a Companhia adota práticas contábeis que asseguram o adequado reconhecimento dos custos diretamente relacionados à execução das obras. Durante a execução dessas atividades, determinadas medições de fornecedores, embora devidamente aprovadas, podem não ser formalmente registradas no sistema contábil até o encerramento do período, em razão de trâmites operacionais internos.

Para assegurar que os custos sejam apropriados corretamente no período contábil correspondente, a Companhia adota a política de reconhecer provisões na rubrica de outros passivos circulantes. Este procedimento visa refletir de maneira precisa os compromissos assumidos, mesmo antes do reconhecimento formal das obrigações. O lançamento contábil é realizado inicialmente no resultado, com contrapartida na referida rubrica.

No período subsequente, conforme os registros formais das medições são processados no sistema contábil, a provisão é revertida e substituída pelo reconhecimento definitivo da obrigação, baseado na medição efetiva. A Companhia realiza monitoramento periódico dessas provisões para garantir a sua adequação aos critérios contábeis e a fidedignidade das informações financeiras apresentadas. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo registrado em outros passivos circulantes totalizava R\$16.715 (R\$3.934 em 31 de dezembro de 2023).

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

A composição dos saldos de impostos a recolher está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
IR/CS	715	850
PIS e COFINS	669	525
IRRF	555	147
ISSQN	526	290
Outros	257	12
	2.722	1.824

13. PROVISÕES PARA RISCOS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

13.1. Política contábil

Provisões para riscos

A Companhia revisa periodicamente suas provisões para riscos. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos, os quais concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões para riscos são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

A Administração monitora periodicamente o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus assessores jurídicos e nas políticas internas, constitui novas provisões sempre que surgem novos processos com prognóstico de perda provável ou há uma mudança desfavorável na estimativa de perda. Por se tratar de revisão de estimativa, todos os ajustes, positivos e negativos, nos saldos de provisões para riscos são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que tal mudança é identificada, sem que ocorram alterações nos resultados previamente divulgados.

Podem existir processos judiciais para os quais a Companhia não reconhece provisão para risco em suas demonstrações financeiras. Este cenário ocorre, conforme determinado pelo CPC 25, quando a avaliação dos assessores jurídicos conclui que os riscos de perda são: a) possíveis, exigindo apenas a divulgação em nota explicativa; ou b) remotos, para os quais não são exigidas quaisquer provisões ou divulgações.

Provisões trabalhistas

A Companhia é parte em processos trabalhistas relacionados principalmente ao pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais, adicionais de insalubridade, periculosidade, equiparação salarial e integração de verbas na remuneração. A Administração realiza as provisões trabalhistas com base na opinião de seus advogados e assessores jurídicos, além do histórico dos desfechos dessas demandas.

13.2. Composição

Natureza das provisões	Provisões em 31/12/2023	Adições	Provisões em 31/12/2024
Trabalhistas	-	450	450
Total	-	450	450

13.3. Passivos contingentes

A Companhia é parte em processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus advogados e assessores legais, internos e externos, e conforme determinação do CPC 25, não constituiu provisão para riscos, por entender que os riscos de perda não são prováveis, mas possíveis. O processo cujo risco de perda é possível refere-se à ação judicial trabalhista movida por terceiros que se relacionam, ou relacionaram com a Companhia na execução de seus projetos de engenharia. Em 31 de dezembro de 2024, o processo cuja probabilidade de perda é considerada como possível totalizam R\$378 (R\$306 em 31 de dezembro de 2023).

Os advogados e assessores jurídicos da Companhia acompanham permanentemente a situação desse risco, revisando seus prognósticos em relação ao desfecho final dessas sentenças, quando necessário.

14. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

14.1. Política contábil

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro tributável superior a R\$240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Prejuízos fiscais podem ser compensados com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% do lucro tributável do exercício. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, calculado às alíquotas que foram decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço, e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes utilizadas para o cálculo dos impostos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas sobre as diferenças temporárias quando elas se reverterem, com base nas leis que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas até a data do balanço.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentado em projeções internas da Companhia.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exigível de compensar ativos fiscais correntes com passivos fiscais correntes e quando se referem a impostos sobre a renda cobrados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na extensão em que seja provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais esses prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizado, limitado a 30% do lucro tributável anual.

14.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A conciliação entre a alíquota nominal e a alíquota efetiva é assim demonstrada:

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	39.380	5.694
Alíquota nominal	34%	34%
Tributos sobre o lucro nominais	(13.389)	(1.937)
(Adições) exclusões permanentes:		
Despesas indedutíveis	(18)	-
	(18)	-
Tributos sobre o lucro efetivos apurados	(13.407)	(1.937)
Corrente	(14.895)	(1.937)
Diferido	1.488	-
	(13.407)	(1.937)
Alíquota efetiva de IR/CS para o exercício	34,05%	34,00%

14.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A natureza dos impostos diferidos ativos e passivos da Companhia são detalhados como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Demais provisões	977	-
Ajuste arrendamento - CPC 06	510	-
Variação cambial pelo regime caixa, líquido	1	-
	1.488	-
Total líquido ativo	1.488	-

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia considera o impacto das incertezas relacionadas às posições tributárias assumidas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros devem ser feitos. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo é adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto, com base na avaliação de vários fatores, incluindo interpretações das leis tributárias e experiência passada. Essa avaliação é feita com base em estimativas e premissas que podem exigir julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem surgir, o que pode exigir que a Companhia altere seu julgamento sobre a adequação da provisão existente; essas mudanças impactarão as despesas de imposto de renda no ano em que forem realizadas.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é composto por 7.000.0000 ações nominativas (5.000.000 quotas ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2023), com valor nominal de R\$1,00 por cada ação, conforme demonstrado abaixo:

Acionistas	31/12/2024		31/12/2023	
	Ações mil	%	Ações mil	%
Consag Engenharia S.A.	5.950	85,00%	3.500	70,00%
CA3M Engenharia e Instalações Industriais Ltda.	1.050	15,00%	1.500	30,00%
	7.000	100,00%	5.000	100,00%

Conforme descrito na nota nº 1, em 26 de junho de 2024, em conformidade com a legislação societária brasileira, foi aprovada a alteração da natureza jurídica da Companhia, que passou de Sociedade Empresária Limitada para Sociedade Anônima Fechada. Cada quota foi convertida em uma ação. Ainda no mesmo ato societário, foi deliberado o aumento do capital social no montante de R\$2.000.000, mediante a emissão de 2.000.000 de ações ordinárias nominativas, ao valor de R\$ 1,00 por ação, subscritas pelos acionistas da seguinte forma: 1.400.000 ações pela CONSAG Engenharia S.A. e 600.000 ações pela CA3M Engenharia e Instalações Industriais Ltda.

Em 30 setembro de 2024, por meio de contrato de compra e venda de ações, a CONSAG Engenharia S.A. adquiriu 1.050 ações ordinárias com direito a voto da CA3M Engenharia e Instalações Industriais Ltda. Como resultado dessa operação, sua participação no capital social da Companhia passou de 70% para 85%.

15.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme artigo 193 da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

15.3. Distribuição de dividendos

Conforme o estatuto social e em conformidade com a Lei nº 6.404/76, a distribuição de dividendos pode ser deliberada pelo Conselho de Administração ou, na ausência deste, pela Diretoria, observadas as disposições estatutárias e as reservas legais obrigatórias. A distribuição de lucros ocorre com base nos lucros acumulados ou reservas de lucros constituídas conforme o último balanço patrimonial.

Os dividendos são distribuídos proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social, respeitando a política de dividendos da Companhia e eventuais restrições previstas na legislação vigente.

Em 30 de setembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia deliberou a distribuição de dividendos com base no saldo da conta de reservas de lucros apurado até aquela data, no montante total de R\$21.417. Desse valor, R\$19.769 foram pagos no decorrer do exercício de 2024, sendo o saldo remanescente, programado para pagamento até 31 de março de 2025.

16. RECEITA DE SERVIÇOS PRESTADOS E VENDAS

16.1. Política contábil

Receita dos contratos de construção

O reconhecimento das receitas nos contratos de construção da Companhia segue as premissas estabelecidas pelo CPC 47.

Quando baseadas no orçamento estimado para conclusão de cada projeto, são respeitadas as obrigações de desempenho contratualmente identificadas. Este orçamento é elaborado e revisado periodicamente por profissionais de engenharia habilitados para precificar os custos e as receitas do contrato ao longo do tempo.

Quando for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente como despesa.

Quando a receita reconhecida, considerando o custo incorrido, exceder o valor total faturado contra o cliente, esta diferença é reconhecida na rubrica de “contas a receber de clientes”, classificado como “serviços a faturar”, conforme apresentado no *aging list* de contas a receber, na nota explicativa nº 4.

16.2. Composição

A composição da receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício pode ser demonstrada a seguir:

	31/12/2024	% da receita bruta	31/12/2023	% da receita bruta
Receita bruta nacional	201.558	100%	36.021	100%
Receita bruta total de serviços e mercadorias	201.558	100%	36.021	100%
Impostos sobre serviços e mercadorias	(11.405)	-5,66%	(2.035)	-5,65%
Receita líquida de serviços e mercadorias	190.153	94,34%	33.986	94,35%

16.3. Faturamento direto de fornecedores (não auditado)

Em determinados contratos executados pela Companhia, os fornecedores prestam serviços e/ou vendem materiais diretamente aos nossos clientes, dentro do escopo dos contratos assinados pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, o total de receita faturada diretamente aos clientes por estes fornecedores, foi de R\$305.169 (R\$40.352 em 31 de dezembro de 2023). Essas receitas (ou custos) e contas a receber (ou a pagar) são reconhecidas diretamente pelas partes envolvidas (clientes e fornecedores) sem impacto na demonstração do resultado ou balanço patrimonial da Companhia.

17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

17.1. Política contábil

Os custos e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas, de acordo com seus respectivos prazos de duração.

17.2. Composição

A composição dos custos e despesas por natureza podem ser assim demonstrados:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
Materiais aplicados	(15.695)	(2)	(3.386)	(23)
Depreciação e amortização	(1.961)	(38)	(137)	-
Salários e encargos sociais	(32.008)	(9.406)	(4.277)	(7.752)
Contratação de serviços de terceiros	(84.173)	(423)	(11.882)	(281)
Gastos com viagens	(4.138)	(49)	(210)	(168)
Outros	(3.984)	(56)	(341)	(64)
Total	(141.959)	(9.974)	(20.233)	(8.288)

18. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

18.1. Composição

O resultado financeiro, líquido é composto por:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas financeiras		
Juros de aplicações financeiras	2.001	261
Outras receitas financeiras	44	-
	<u>2.045</u>	<u>261</u>
Despesas financeiras		
Juros de mora e taxas sobre outros passivos financeiros	(285)	(4)
Juros dos passivos de arrendamentos	(136)	(24)
Outras despesas financeiras	(44)	(4)
	<u>(465)</u>	<u>(32)</u>
Variações cambiais líquidas	(1)	-
Resultado financeiro, líquido	<u>1.579</u>	<u>229</u>

19. RESULTADO BÁSICO POR AÇÃO

19.1. Política contábil

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias. O lucro ou prejuízo por ação diluído é calculado considerando a média ponderada das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos financeiros potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. A Companhia avalia constantemente se está exposta a instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

19.2. Resultado básico por ação

Considerando a média ponderada da quantidade de ações em circulação no exercício de 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o cálculo do resultado por ação é assim apresentado:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado Líquido	25.973	3.757
Média ponderada das ações ordinárias	7.000	5.000
Resultados por ação - R\$	<u>3,71</u>	<u>0,75</u>

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

20.1 Política contábil

Reconhecimento e mensuração inicial

Os saldos a receber de clientes são inicialmente reconhecidos na data de origem. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros da Companhia geralmente é realizada pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem componentes significativos de financiamento são mensurados inicialmente pelo preço da transação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

- Custo amortizado: quando são mantidos e administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: quando mantidos para obter fluxos de caixa contratuais e para a venda; ou
- Valor justo por meio do resultado: para ativos financeiros que não se enquadrem em nenhum dos critérios anteriores.

Passivos financeiros

- Custo amortizado: principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou
- Valor justo: utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração.

Provisão para perdas em ativos financeiros (impairment)

As perdas de crédito esperadas são mensuradas com base em estimativas ponderadas pelo risco de perda. Os riscos de perda, geralmente, refletem o risco de crédito do instrumento financeiro ou da contraparte contratualmente vinculada, e leva em consideração informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. A depender das alterações ocorridas na percepção de risco de crédito, a Companhia pode reconhecer perdas esperadas para a vida inteira do ativo ou perdas esperadas para os próximos doze meses.

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela abaixo apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros segregados por categoria são como segue:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Nível	Valor contábil		Valor contábil		
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	1	1	11.347	1	21.547	
Contas a receber de clientes		-	49.588	-	20.340	
Créditos com partes relacionadas		12.799	-	-	-	
		12.800	60.935	1	41.887	
Passivos						
Fornecedores e subempreiteiros		-	17.026	-	4.849	
Passivo de arrendamentos		-	2.274	-	718	
Débitos com partes relacionadas		8.710	-	-	898	
Dividendos a pagar		-	2.052	-	1.272	
		8.710	21.352	-	7.737	

Hierarquia de valor justo

Nível 1: Utiliza preços observáveis (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos, os quais a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2: Utiliza preços observáveis em mercados ativos para instrumentos similares, preços observáveis para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais os inputs são observáveis; e

Nível 3: Instrumentos cujos inputs significativos não são observáveis.

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos os instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e
- Análise de fluxos de caixa descontados.

b) Gerenciamento de riscos

Os mapeamentos de riscos foram segregados em duas categorias: (i) Risco de capital, que é o risco de a Companhia garantir a sua continuidade e dos seus negócios em longo prazo; (ii) Risco de mercado, é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros.

i. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as Companhias que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Administração revisa, periodicamente, a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

Em 31 de dezembro de 2024, os índices de endividamento líquido são conforme demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(11.348)	(21.548)
Dívida (caixa) líquida ("DL")	(11.348)	(21.548)
Patrimônio líquido ("PL")	11.556	5.000
DL / PL	-98,20%	-430,96%

ii. Gestão do risco de mercado

Exposição a riscos de taxa de juros

Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras são mantidos, substancialmente, em operações compromissadas e CDB's. O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem quedas nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos. Nenhum dos equivalentes de caixa ou aplicações financeiras da Companhia estão expostos a risco de perda no valor original aplicado, por tanto, o risco mencionado refere-se apenas à redução em relação aos montantes dos rendimentos a serem auferidos sobre tais ativos.

Análise de sensibilidade da exposição da Companhia às taxas de câmbio e de juros

Com base nas projeções de longo prazo do banco Bradesco, divulgado em 6 de fevereiro de 2025, a Companhia adotou como cenário provável, a taxa DI estimada de 14,83% a.a. para 31 de dezembro de 2025 (Cenário atual taxa 11,77% a.a.). Os efeitos das variações deste índice no resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2025, foi efetuada a partir da média ponderada dos contratos em aberto atrelados à Taxa DI, em três cenários. Cenário base, aumento de 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II e III, respectivamente.

Operação	Risco	31/12/2024	Período até 31 de dezembro de 2025		
		Cenário Atual	Cenário Provável I	Cenário II +25%	Cenário III +50%
CDI	Taxa DI	11,77%	14,83%	18,54%	22,25%

Em 31 de dezembro de 2024, a exposição da Companhia ocorre em função de ativos financeiros que estão sujeitos aos seguintes indicadores:

Ativos expostos	Risco	31/12/2024	Período até 31 de dezembro de 2025		
		Cenário Atual % a.a.	Cenário Provável I	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	Taxa DI	8.390	1.244	1.555	1.866
Operações compromissadas	Taxa DI	2.957	263	329	395
Total exposição do Ativo		11.347	1.507	1.884	2.261
Exposição efeito líquido (resultado)			1.507	1.884	2.261

21. EVENTO SUBSEQUENTE

Como evento subsequente, o saldo de dividendos a pagar, registrado em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 2.052, foi integralmente liquidado até o mês de março de 2025.

Guilherme de Abreu Odaguiri
DIRETOR

Marcio Magno de Abreu
DIRETOR CENTRO DE GESTÃO

Phillip Teixeira de Lima
 CRC MG 105.294/O-4
CONTADOR RESPONSÁVEL